

Aeroportos do Norte e Nordeste terão melhorias

Inclusão de 12 terminais impulsionam investimentos e conectividade

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) assinou o termo aditivo que inclui 12 aeroportos regionais do Nordeste e da Amazônia Legal no contrato da GRU Airport. Com a medida, a concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos amplia sua atuação e passa a administrar terminais nos estados do Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Tocantins e na Bahia.

Os aeroportos foram arrematados no leilão da primeira rodada do Programa AmpliAR, realizado em novembro do ano passado.

A iniciativa tem como objetivo fortalecer a aviação regional, ampliar a conectividade aérea e impulsionar o desenvolvimento econômico em áreas estratégicas do país.

A nova etapa da concessão prevê R\$ 731,6 milhões em investimentos, sendo cerca de R\$ 630 milhões destinados à modernização da infraestrutura dos 12 aeroportos. Estão previstas intervenções em pistas, pátios e terminais de passageiros, com foco na elevação dos padrões de segurança, eficiência operacional e qualidade dos serviços.

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, destacou a relevância da medida. “Quando falamos em concessões, não estamos tratando apenas de limitações orçamentárias do Estado, mas de uma solução estruturante:



Vosmar Rosa

Aeroportos regionais serão administrados pela concessionária de Guarulhos (SP)

ela amplia a eficiência, melhora a logística nacional e gera emprego e oportunidades em todas as regiões do país”, afirmou.

Ao lembrar que o Aeroporto de Guarulhos responde por 37% do movimento de passageiros do país, o diretor-presidente da GRU Airport, Osvaldo Garcia, ressaltou o potencial da expansão. “Levar a experiência consolidada em São Paulo para aeroportos regionais é mais do que motivo de orgulho e é também uma contribuição concreta para o avanço da aviação brasileira e para o desenvolvimento do país”, disse.

Segundo Garcia, o Progra-

ma AmpliAR foi determinante para a decisão da concessionária. “Identificamos no programa uma oportunidade real de fortalecer a conectividade regional, modernizando e ampliando a infraestrutura aeroportuária, especialmente em áreas mais remotas”, acrescentou.

Para o secretário nacional de Aviação Civil, Daniel Longo, a iniciativa representa uma mudança estrutural no setor.

“O AmpliAR inaugura um modelo inovador ao colocar aeroportos regionais sob a gestão de operadores com expertise e capacidade de investimento.

Vamos avançar para garantir

infraestrutura mais moderna e serviços de melhor qualidade à população. É uma iniciativa que destrava investimentos, fortalece a infraestrutura e impulsiona a interiorização da aviação civil brasileira”, destacou.

Já o diretor da Anac, Rui Mesquita, ressaltou os efeitos da medida sobre a conectividade nacional. “Este é mais um passo para ampliar a capacidade dos terminais, estimular novas rotas e fortalecer a conectividade e a integração entre as regiões brasileiras”, disse. Segundo ele, a formalização do aditivo viabiliza a implementação do programa no âmbito da Agência.

Conservação ambiental é pauta em Alagoas

A data dedicada à conservação do solo, 15 de abril, foi criada para estimular práticas que garantam a manutenção da qualidade do solo, recurso essencial para a produção de alimentos e o equilíbrio ambiental. Em Alagoas, uma das principais ferramentas para garantir esse equilíbrio é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), tendo o Instituto do Meio Ambiente (IMA/AL).

Criado pelo Código Florestal Brasileiro, o CAR é um registro público obrigatório que reúne informações dos imóveis rurais, incluindo áreas de preservação, vegetação nativa, informações hidrográficas do território e o uso produtivo. A base de dados permite ao poder público acompanhar a situação ambiental das propriedades e direcionar ações de regularização.

Com o CAR, é possível mapear áreas sensíveis, como as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais (RL), fundamentais para evitar problemas como erosão, perda de fertilidade e assoreamento de rios. Mais do que uma exigência legal, o cadastro funciona como um importante instrumento de gestão ambiental, contribuindo diretamente para a conservação do solo ao identificar áreas degradadas e orientar ações de recuperação, promovendo o uso mais equilibrado dos recursos naturais.

“Isso tem relação direta com a conservação do solo, porque, a partir desses dados, o produtor consegue planejar melhor o uso da terra, considerando seus aspectos físicos, químicos e biológicos”, explica o coordenador do CAR em Alagoas e engenheiro agrônomo João Rodrigues.

Além do aspecto técnico e ambiental, o CAR também é um requisito para que produtores tenham acesso a crédito rural e programas de incentivo. O registro é feito por meio do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e a recomendação é que o produtor conte com o apoio de um técnico para garantir maior precisão nas informações.

Em Alagoas, problemas como degradação do solo e uso inadequado da terra ainda são desafios em diferentes regiões, especialmente em áreas com histórico de exploração intensiva.

Bahia reforça protagonismo em debate sobre resiliência costeira

A Secretaria do Meio Ambiente (Sema) participou do encontro All-Atlantic Network of Coastal Resilience Beacon Sites, realizado em Salvador. Considerado um dos principais espaços internacionais de diálogo na área, o evento reúne representantes de diversos países para fortalecer a cooperação, impulsionar a produção científica e avançar na construção de soluções conjuntas voltadas à resiliência costeira.

Durante o evento, foi destacado que a Beacon Site Network tem como principais objetivos fortalecer a cooperação entre áreas de pesquisa e gestão costeira, promovendo uma atuação integrada entre diferentes territórios. Entre os pontos apresentados, foi ressaltada a importância de facilitar a troca de experiên-



Matheus Lemos- Ascom/Sema

A atuação do centro está concentrada em áreas estratégicas

cias, conhecimentos e boas práticas entre tomadores de decisão, especialistas e comunidades locais.

Representando a Sema no evento, o diretor de Políticas e Planejamento Ambiental, Tia-

go Porto, destacou que a zona costeira da Bahia é considerada patrimônio do Estado. “Esse território que abriga aproximadamente 90 mil hectares de manguezais e 14 mil hectares de recifes de corais, cerca de 60% de

todos os recifes do Brasil, além de uma ampla rede de áreas protegidas, com destaque para a Baía de Todos-os-Santos e Abrolhos”, pontuou o diretor.

Porto também chamou atenção para os principais desafios enfrentados no litoral baiano, como a erosão costeira, impactos do turismo, deficiência de saneamento básico e presença de espécies exóticas invasoras, problemas que já afetam municípios como Salvador, Ilhéus, Itaparica e Cairu. “Como resposta a esse cenário existem várias estratégias adotadas pelo Estado para fortalecer a resiliência costeira, baseadas em três eixos, proteção dos ecossistemas costeiros, governança e adaptação climática, e fortalecimento das comunidades e da cultura oceânica”, acrescentou.